

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.051 - RS (2018/0257205-3)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CLARISSE POLICENO DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO IAIONE MASIERO - RS033004
AGRAVADO : SERASA S.A
ADVOGADO : OSVALDO GUERRA ZOLET E OUTRO(S) - RS035609

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO NEGATIVA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA. DANO MORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. *QUANTUM*. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC**. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FORMA CLARA E PRECISA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS EVENTUALMENTE VIOLADOS. SIMPLES MENÇÃO. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 284, DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO

DECISÃO

CLARISSE POLICENO DA SILVA (CLARISSE) promoveu contra SERASA S.A, ação de indenização por danos morais decorrente da ausência de comunicação prévia acerca de inscrição negativa em cadastro de inadimplentes.

O pedido foi julgado procedente (e-STJ, fls. 151/155).

Recursos interpostos pelas partes, o Tribunal de origem deu-lhes parcial provimento, em acórdão assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CHEQUES SEM FUNDO. CCF DO BACEN. FALTA DE COMUNICAÇÃO.

- 1. Ausente a comprovação de notificação ao consumidor acerca da inscrição de seu nome nos órgão de proteção ao crédito proveniente do CCF do Banco Central do Brasil.*
- 2. Dano moral "ti re ipsa pela inscrição do nome do devedor em registro de inadimplentes sem prévia comunicação.*
- 3. Inexistindo critérios objetivos de fixação do valor para indenização por dano moral, cabe ao magistrado arbitrar as*

quantias de acordo com o caso concreto. Valor fixado em sentença reduzido.

4. Juros de mora. Responsabilidade civil extracontratual. Incidência a partir do evento danoso. Súmula 54 do STJ.

5. Os honorários advocatícios devem ser compatíveis para remunerar condizentemente o profissional do Direito, evitando o aviltamento do exercício de atividade. Verba majorada.

DERAM PROVIMENTO EM PARTE AOS RECURSOS.

UNÂNIME (e-STJ, fl. 238)

Os embargos de declaração opostos por CLARISSE foram rejeitados (e-STJ, fls. 297/302).

Inconformada, CLARISSE interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do NCPC, alegando, em síntese **(1)** negativa de prestação jurisdicional por omissão e ausência de fundamentação do aresto recorrido; e; **(2)** que foram fixados valores irrisórios a título de dano moral, bem como honorários advocatícios, devendo sofrer majorados.

Suscitou dissídio jurisprudencial.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls.).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Alegação de violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do NCPC

CLARISSE alega que o Tribunal local, apesar da oposição dos embargos de declaração, teria sido omissa quanto ao critério de arbitramento do montante fixado a título de dano moral e honorários advocatícios, sendo evidente a negativa da prestação jurisdicional e a falta de fundamentação.

Não merece prosperar o recurso neste ponto, porque os embargos

declaratórios foram devidamente rejeitados pela inexistência de omissão, contradição e obscuridade, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando a controvérsia posta nos autos de forma segura e clara, ainda que em sentido contrário à pretensão de CLARISSE, conforme se verifica dos seguintes trechos do acórdão impugnado:

No que diz com o quantum indenizatório, valho-me do magistério de Humberto Theodoro Júnior:

Impõe-se a rigorosa observância dos padrões adotados pela doutrina e jurisprudência, inclusive dentro da experiência registrada no direito comparado para evitar-se que as ações de reparação de dano moral se transformem em expedientes de extorsão ou de espertezas maliciosas e injustificáveis. As duas posições, sociais e econômicas, da vítima e do ofensor, obrigatoriamente, estarão sob análise, de maneira que o juiz não se limitará a fundar a condenação isoladamente na fortuna eventual de um ou na possível pobreza do outro. (Dano Moral, Editora Juarez de Oliveira, 2ª edição, 1999, p. 43).

À similitude, trago os julgados desta Câmara:

Ementa: RESPONSABILIDADE CIVIL. CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. (...) Indenização mantida nos termos da sentença em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), consoante os parâmetros utilizados por esta Câmara Cível em situações análogas. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70072132905, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Julgado em 16/02/2017 - grifos meus.)

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. DANO MORAL. QUANTUM. 1. Recurso interposto pela parte autora em relação ao montante indenizatório fixado a título de indenização por danos morais, em decorrência da ausência de notificação prévia a que dispõe o art. 43, § 2º do CDC. 2. A indenização não deve ser em valor ínfimo, nem tão elevada que torne desinteressante a própria inexistência do fato. Valor fixado em 12 Grau mantido (R\$ 1.500,00 - mil e quinhentos reais). 3. Juros de mora. Sentença os fixou a partir do ilícito - pleito do autor em recurso. Apelação não conhecida, no ponto. 4. Honorários Advocatícios. Manutenção da verba arbitrada em sentença. Observância das balizadoras do CPC. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO, NO QUANTO CONHECIDA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70071774780, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 15/12/2016 - grifos meus.) Destarte, entendo que a importância fixada em sentença deva ser

reduzida para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), o que se mostra adequada ao caso. Sobre o valor deverá incidir correção monetária pela variação do IGP-M a partir da presente data (Súmula 362 do STJ).

De outra, em se tratando de responsabilidade civil extracontratual, tenho que os juros de mora devem incidir a partir do evento danoso (11/04/2013), nos termos do disposto na Súmula 54 do STJ.

Já quanto aos quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono do autor, agora levando-se em conta a redução da condenação, observado o tempo de duração do processo, o número de intervenções ao feito, bem como a natureza da demanda, e a fim de que a verba sirva de forma a remunerar condizentemente o trabalho do patrono da parte autora, tenho que a importância fixada em sentença deva ser majorada para R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), a ser corrigida pelo IGP-M da presente data e acrescido de juros de mora a partir do trânsito em julgado (e-STJ, fl. 242/243).

Pelo que se vê dos autos, não há que se falar em ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022 do NCPC.

(2) Dos valores fixados a título de dano moral e honorários advocatícios

Verifica-se nas razões do especial, que a recorrente não indicou de forma clara e precisa, com relação a este ponto, quais artigos da legislação federal teriam sido efetivamente violados. Não basta a simples menção a dispositivos legais, pois o recurso especial é de fundamentação vinculada. Assim, incidente à hipótese, o teor da Súmula nº 284, do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ARTIGOS DE LEI MENCIONADOS DE PASSAGEM NA PETIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

1. Impossível o conhecimento do recurso pela alínea "a". Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto. Incide na espécie, por analogia, o enunciado n. 284, da Súmula do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na

sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Precedente: REsp. n. 1.116.473 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 02.02.2012.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1615830/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. em 5/6/2018, DJe 11/6/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. 3. DOENÇA PREEXISTENTE. CLÁUSULA DE CARÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONSIGNOU PELA AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS DO CONHECIMENTO PRÉVIO DA MOLÉSTIA PELA SEGURADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO QUE TERIA SIDO VULNERADO PELO ACÓRDÃO ESTADUAL. SÚMULA 284 DO STF. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. [...]

2. [...]

3.1. [...]

4. Quanto ao pedido de redução dos honorários sucumbenciais, a falta de indicação do dispositivo legal que teria sido eventualmente violado faz incidir à hipótese o teor da Súmula n. 284 do STF, por analogia. (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1224597/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 10/4/2018, DJe 18/4/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO NURER DA 2ª SEÇÃO QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A alegação genérica de inconformismo com o acórdão recorrido, sem a indicação dos dispositivos de lei violados e a demonstração, de forma clara e precisa, de que modo o aresto os teria contrariado, atrai, por simetria, a Súmula 284 do STF.

2. A Segunda Seção do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, firmou o entendimento de que: a) "é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em

contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada"; e b) "a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe de 24/09/2012). A conformidade do acórdão proferido pelo Tribunal de origem com o entendimento pacificado do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, inviabiliza o acolhimento do apelo nobre por esta Corte Superior de Justiça.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 851.624/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 21/6/2018, DJe 28/6/2018 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial, e nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator